

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria Especial de Comunicação Social

Secretaria de Comunicação Institucional

Departamento de Gestão e Normas

Coordenação-Geral de Orientações Normativas para Comunicação

NOTA INFORMATIVA Nº 909/2021/MCOM

Nº do Processo: **53115.012298/2021-11**
Documento de Referência: **Ofício nº 587/2021 - CPI PANDEMIA**
Interessado: **Senador Omar Aziz - Presidente da CPI Pandemia**
Nº de Referência: **Requerimento de Informação nº 384/2021 - Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho**
Assunto: **Informações. Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pandemia**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do Ofício nº 587/2021 - CIPANDEMIA, de 07 de maio de 2021 - 7277668, por do qual o Presidente da CPI Pandemia, o Senador Omar Aziz, encaminha o **Requerimento de Informação nº 384/2021** - 7277689, de autoria dos Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, que requer ao Ministro de Estado das Comunicações que *“sejam prestadas, informações sobre o posicionamento institucional e as estratégias da Pasta acerca da comunicação e divulgação de informações sobre vacinas no Brasil, especialmente no que tange à futura vacinação contra a covid-19”*.
2. Nos termos do art. 14, do Anexo X, da [Portaria nº 697, de 10 de setembro de 2020](#), compete à Coordenação-Geral de Orientações Normativas para Comunicação, do Departamento de Gestão e Normas da Secretaria de Comunicação Institucional - CGNC/DEGEN/SECOI, elaborar notas informativas ou técnicas de modo a responder os requerimentos de informação formulados pelos órgãos de controle interno e externo, pelo Poder Legislativo Federal, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
3. Cumpre informar que, à vista da transversalidade das informações, visto que abrangem o posicionamento institucional e estratégico do órgão, foi solicitado manifestação das áreas finalísticas da Secom, que atuam nas diversas frentes de comunicação, quais sejam: o Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais, da Secretaria de Comunicação Institucional - DECGC/SECOI, responsável por implementar políticas e diretrizes de comunicação digital para o Poder Executivo federal, por gerenciar os canais próprios de comunicação digital mantidos pelo Ministério ou de seu interesse no âmbito do SICOM e por definir as diretrizes editoriais e orientar a produção de conteúdo para os canais próprios de comunicação digital mantidos pelo Ministério ou de seu interesse no âmbito do SICOM; o Departamento de Articulação e Estratégia de Comunicação - DEAEC/SECOI, ao qual compete, planejar e coordenar estratégias e ações prioritárias de comunicação do Governo federal, de maneira a identificar oportunidades de promoção e eventuais riscos de imagem; e articular a comunicação interministerial e com instituições do Poder Executivo

federal quando da divulgação de informações, políticas, programas e ações prioritárias governamentais; a Subsecretaria de Imprensa que é responsável por assessorar o Presidente da República quanto à supervisão da divulgação de políticas, programas e ações do Poder Executivo federal na imprensa e apoiar os órgãos e as entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM nas ações de imprensa que exijam articulação e participação coordenada no âmbito do Poder Executivo federal. (Anexo X, da Portaria-MCOM 697/2020 - artigos 5º, I e III; 8º e 20, I e VI).

4. Registra-se, ainda, que a Secretaria de Publicidade e Promoção - SEPUP/MCOM, área responsável por orientar as ações de publicidade e os eventos relacionados à comunicação social e por desenvolver, em conjunto com o Departamento de Mídia e Promoção, as ações de publicidade no âmbito do Ministério e outras ações de publicidade demandadas pelos órgãos e pelas entidades integrantes do SICOM (Anexo IX, da Portaria-MCOM 697/2020 - art. 1º, I e 6º I), também apresentou as ações de comunicação realizadas no âmbito de sua competência.

5. De igual modo, à vista de que os questionamentos foram formulados ao Ministério das Comunicações, como órgão responsável pela política de comunicação e divulgação do Governo federal, foi solicitada manifestação da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM/MCOM, que é a área responsável por planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério, por assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades do Ministério na coordenação da comunicação interministerial e das ações de informação e difusão das políticas do Ministério (Anexo III da Portaria 697/2020 - art. 1º).

INFORMAÇÕES

I - Informações solicitadas:

6. No que se refere ao *"posicionamento institucional e as estratégias da Pasta acerca da comunicação e divulgação de informações sobre vacinas no Brasil, especialmente no que tange à futura vacinação contra a covid-19"*, os Senadores formularam os seguintes questionamentos:

1. Qual é a estratégia do Ministério das Comunicações para conter a disseminação e o compartilhamento de fake news (notícias falsas) sobre vacinas, especialmente nas redes sociais e na internet?

2. Como se dá o relacionamento da Pasta com a imprensa regional, nacional e internacional acerca da pandemia de covid-19 e da vacinação contra essa doença?

3. Qual é a política oficial de comunicação e divulgação do Governo Federal a respeito das vacinações de caráter obrigatório, previstas em lei?

4. Como se dá a atuação desta Pasta, nas redes sociais, para se contrapor ao movimento antivacina?

5. Como tem sido efetivada a articulação desta Pasta com o Ministério da Saúde, no que se refere ao enfrentamento da covid-19 e à vacinação contra essa doença?

II - Informações prestadas:

7. Para os questionamentos formulados no Requerimento de Informação nº 384/2021, os esclarecimentos foram prestados na forma abaixo.

1. Qual é a estratégia do Ministério das Comunicações para conter a disseminação e o compartilhamento de fake news (notícias falsas) sobre vacinas, especialmente nas redes sociais e na internet?

4. Como se dá a atuação desta Pasta, nas redes sociais, para se contrapor ao movimento antivacina?

8. O atendimento às questões 1 e 4, foi realizado pelo Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais, por meio do Despacho DECGC - 7285819, que juntou ao presente processo planilha contendo as publicações da Secom nas redes sociais oficiais do Governo federal e cuja manifestação foi a seguinte:

O combate pela disseminação de fake news (notícias falsas) tem como viés o entendimento de que notícias falsas devem ser contestadas com boas informações e elementos oficiais.

Diante disso, a SECOM vem operando em várias frentes e desenvolvendo estratégias integradas com o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública, sendo o Ministério da Saúde (MS) o principal centro de produção de informações sobre a doença. Também faz parte dos esforços de comunicação tornar públicas as iniciativas adotadas pelo Governo Federal para salvar vidas e preservar empregos.

A SECOM também segue empenhada em esclarecer a população sobre os cuidados e prevenção para conter a expansão da doença. Desde o começo da crise mundial, causada pela covid-19, reservamos espaço de destaque nas redes gerenciadas pela Secom à cobertura, à informação à população e às demais divulgações relacionadas à temática do coronavírus.

Nesse sentido, conforme demonstrado no Relatório de Redes Sociais 7288538, foram realizadas, aproximadamente, 7.143 publicações nas redes sociais oficiais do Governo Federal, no período de março de 2020 a abril de 2021. O referido Relatório (7288538) contempla levantamento das publicações realizadas no Instagram das três principais presenças digitais administradas pela Secom, a saber: Governo do Brasil, Planalto e Secomvc. (grifo nosso)

Dentre os temas abordados nas publicações, destacam-se:

- *Saúde: com orientações, serviços e entregas do Governo Federal, no sentido de informar a população sobre tudo que se fez e como ela poderia se valer dessas ações;*
- *Economia: com programas que atenderam diretamente a milhões de brasileiros vitimados pelas consequências econômicas da crise sanitária;*

Serviços sociais: destinadas a informar a população sobre ações como o Auxílio Emergencial, que socorreu a dezenas de milhões de brasileiros;

2. Como se dá o relacionamento da Pasta com a imprensa regional, nacional e internacional acerca da pandemia de covid-19 e da vacinação contra essa doença?

9. A Subsecretaria de Imprensa manifestou-se por meio do Despacho SUIMP - 7288840, acerca do questionamento de nº 2 (acima transcrito), nos seguintes termos:

Os assessores de imprensa recebem a demanda, analisam e direcionam às pastas responsáveis pelo tema. Nos casos de assuntos referentes a pandemia de covid-19, são costumeiramente enviados às ASCOM da ANVISA, do MINISTÉRIO DA SAÚDE e da CASA CIVIL.

Cabe pontuar que, quando necessária a manifestação desta SECOM, são elaboradas Notas Conjuntas, divulgadas no site do Planalto, links de acesso: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2020> e <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021>, Notas essas que também são transmitidas à imprensa, por meio lista de transmissão no whatsapp.

3. Qual é a política oficial de comunicação e divulgação do Governo Federal a respeito das vacinações de caráter obrigatório, previstas em lei?

10. No que tange ao questionamento de nº 3, registra-se que a partir do Plano de Comunicação - Enfrentamento à Covid-19 - 7313927, elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social e apresentado ao Ministério Público Federal em abril do corrente ano, o tema 'vacinação' foi amplamente exposto no contexto da política oficial de comunicação e divulgação. Isto porque, no enfrentamento à pandemia, agravado, nos últimos tempos, pela expansão do número de casos, por novas variantes do vírus, pela pressão em todo o sistema de saúde, foi necessário informar a toda a população brasileira, de maneira mais clara e mais direta sobre as ações tomadas pelo Governo Federal envolvendo as melhores práticas de higiene e promoção de distanciamento social seguro e principalmente sobre a campanha de vacinação, em todos os estados e municípios.

11. Em face disso, a Secom elaborou plano de comunicação com foco na informação e na sensibilização da população acerca da necessidade da adoção das medidas de prevenção à doença e da necessidade evidente de vacinação. Em abril do corrente ano, o Governo Federal ousou alcançar um milhão de vacinados por dia - meta que foi atingida¹ - e cujos números foram ampliados a cada dia. Contudo, frisa-se que para atingir a meta de vacinação, ainda é imprescindível o envolvimento dos estados e municípios e, neste contexto, é necessário que Governo Federal, Estados e Municípios estejam alinhados de forma síncrona, para alcançar a imunização dos brasileiros, o que pode acelerar todo o processo de saída do país da pandemia.

12. Neste segmento, a Secretaria de Publicidade e Promoção informou acerca da realização de campanhas sobre vacinação, nos termos do Despacho DEPUB - 7287965, veja:

(...) destacamos que de acordo com o Decreto 6.555/2008, de 08 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal, cabe à SECOM, entre outras competência institucionais, coordenar o desenvolvimento e a execução das ações de publicidade, classificadas como institucional ou de utilidade pública, e as de patrocínio, de responsabilidade dos integrantes do SICOM e que, com ela de acordo, exijam esforço integrado de comunicação.

Especialmente sobre vacinação contra a Covid-19, a SECOM realizou campanha veiculada no período de 17 a 30 de abril de 2021, que teve como objetivo dar amplo conhecimento à sociedade brasileira sobre a vacinação contra o coronavírus (SARS-CoV-2), evidenciando os esforços empreendidos na operação de vacinação e orientando a população a seguir com as medidas de cuidado e proteção, detalhada na planilha anexa - pastas Resumo e Peças (7312277).

Por oportuno, informamos que a execução de ações de publicidade de utilidade pública sobre vacinação contra a Covid-19 compete ao Ministério da Saúde, órgão responsável pela gestão do tema e que realizou em 2021 campanhas sobre vacinação, cujas informações também constam da planilha anexa - pastas Resumo e Peças (7312277). (grifo nosso)

13. Nessa linha, cumpre esclarecer que a atuação da Secom é de caráter complementar aos esforços do Ministério da Saúde e destina-se à comunicação pública e, de forma ampla, em qualquer tema de interesse público, relacionados à política de comunicação social. As ações executadas pela Secom abordam aspectos transversais que contemplam outras áreas impactadas pela pandemia, a exemplo da econômica, sem prejuízo das ações publicitárias específicas essencialmente de utilidade pública desenvolvidas por aquele órgão ao qual compete a gestão do assunto.

14. Por oportuno, salienta-se que, no tocante ao questionamento de nº 3, mormente sobre a "política de comunicação e divulgação a respeito das vacinações de caráter obrigatório", foi solicitada - à vista da competência de "planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério" e, bem como, "por assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades do Ministério na coordenação da comunicação interministerial e das ações de informação e difusão das políticas do Ministério" - nos termos do Ofício Interno nº 3959/2021 - 7280950, colaboração da Assessoria Especial de Comunicação Social, a qual informou "que cabe à Assessoria de Comunicação do Ministério das Comunicações acordo com decreto das competências da pasta, planejar, coordenar e executar a política de comunicação social exclusivamente do Ministério das Comunicações".

5. Como tem sido efetivada a articulação desta Pasta com o Ministério da Saúde, no que se refere ao enfrentamento da covid-19 e à vacinação contra essa doença?

15. Considerando as competências do Departamento de Articulação e Estratégia de Comunicação, foram solicitadas informações para atendimento ao questionamento acima transcrito, que se manifestou por meio do Despacho DEAEC - 7313763:

A articulação se dá primeiramente a partir do Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19 (CCOP), ao qual o Ministério das Comunicações faz parte. O centro é subordinado ao Comitê de Crise da Covid-19, coordenado pela Casa Civil, que articula e monitora as ações interministeriais de enfrentamento à pandemia.

Do ponto de vista de comunicação, o Ministério das Comunicações efetiva a articulação em diferentes níveis e alçadas. Por meio da SECOM, a articulação das ações de comunicação é realizada junto ao Sistema de Comunicação do Governo Federal (SICOM), ao qual se inclui o Ministério da Saúde.

As estratégias de articulação na comunicação abrangem diversos temas, especificamente nas ações de enfrentamento ao Novo Coronavírus (Covid-19), desde fevereiro de 2020, a SECOM tem auxiliado no alinhamento das pautas relacionadas ao tema com o Ministério da Saúde.

Em todos os níveis, a interlocução é intensa e efetivada a partir de contatos telefônicos, encontros virtuais ou presenciais, para tratar os assuntos em nível estratégico e operacional, com o objetivo de auxiliar na realização de um trabalho integrado com os órgãos. (grifo nosso)

III - Das competências da Secretaria Especial de Comunicação Social:

16. Diante das informações prestadas, faz-se necessário e importante salientar acerca das competências da Secretaria Especial de Comunicação que, a partir da edição da [Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020](#) - posteriormente convertida na [Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020](#) - que alterou a [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#), ao criar o Ministério das Comunicações, subordinou a Secom à pasta recém-criada. Frisa-se que, até meados de junho de 2020, a Secom integrava a estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República, conforme os ditames do [Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019](#), o qual prescrevia que competia à pasta assistir diretamente o Presidente da República na formulação e implementação da política de comunicação e divulgação social do Governo Federal, dentre outras atividades correlatas (art. 1º, I, III ao IX).

17. O [Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008](#), que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo federal, já havia instituído a Secretaria de Comunicação Social como órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM (art. 4º). O normativo, dentre outras, determina que as ações de comunicação do Poder Executivo federal devem ser orientadas pelos objetivos e diretrizes constantes de seus artigos 1º e 2º, dos quais ressalta-se o dever de "*dar amplo conhecimento à sociedade das políticas e programas do Poder Executivo federal; divulgar os direitos do cidadão e serviços colocados à sua disposição; estimular a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas; afirmação dos valores e princípios da Constituição*" e que a Secom, como órgão central é competente para:

18. Art. 6º Cabe à Secretaria de Comunicação Social:

I - coordenar o desenvolvimento e a execução das ações de publicidade, classificadas como institucional ou de utilidade pública, e as de patrocínio, de responsabilidade dos integrantes do SICOM e que, com ela de acordo, exijam esforço integrado de comunicação;

II - supervisionar o conteúdo de comunicação das ações de publicidade, classificadas como institucional ou de utilidade pública, e as de patrocínio, de responsabilidade dos integrantes do SICOM, desenvolvidas em consonância com suas políticas, diretrizes e orientações específicas;

II - supervisionar o conteúdo de comunicação das ações de publicidade, classificadas como institucional ou de utilidade pública, e as de patrocínio, de responsabilidade dos integrantes do SICOM; ([Redação dada pelo Decreto nº 7.379, de 2010](#))

III - controlar, nas ações de publicidade e de patrocínio submetidas à sua aprovação pelos integrantes do SICOM, a observância dos objetivos e diretrizes previstos nos arts. 1º e 2º, no tocante ao conteúdo de comunicação e aos aspectos técnicos de mídia;

IV - editar políticas, diretrizes, orientações e normas complementares deste Decreto;

V - planejar, desenvolver e executar as ações de comunicação das áreas discriminadas no art. 3º e outras subsidiárias ou complementares a elas, realizadas com recursos orçamentários alocados na Presidência da República, com observância da eficiência e racionalidade na sua aplicação;

VI - coordenar negociações de parâmetros para compra de tempos e espaços publicitários de mídia pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

(...)

19. Acerca do desenvolvimento da política de comunicação e divulgação do Governo federal, vale destacar que, dentre as áreas de atuação, ao Ministério das Comunicações coube a “política de comunicação e divulgação do Governo federal”, cuja implementação é realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social, a qual resta diretamente subordinada ao Ministério das Comunicações (inciso IV, do art. 26-C incluído pela Lei 14.074/2020 à Lei nº 13.844/2019).

20. Neste contexto, a Secom cuida e é responsável diretamente pela comunicação pública - aquela realizada no interesse público - que, segundo conceito trazido pela [Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017](#), é: *"aquela realizada exclusivamente em prol do interesse público, com vistas a garantir a cidadania, o direito à informação, à livre expressão de pensamento e a participação do cidadão no debate de assuntos de relevância política, econômica e social e de temáticas relacionadas à condição humana e à vida em sociedade. Na consolidação de princípios democráticos e na promoção do diálogo social, a comunicação pública pode organizar-se de diversas formas, valendo-se de instrumentos, sistemas e meios de comunicação no qual interagem governos, movimentos sociais, organizações privadas, terceiro setor e segmentos específicos da sociedade"*.

21. Logo, sob uma perspectiva ampla, a comunicação pública utiliza instrumentos, ferramentas e meios de comunicação em atendimento ao princípio da publicidade, com o fim de promover a transparência de informações de interesse público. Deste modo, a comunicação pública é a finalidade, o cerne da comunicação social, e a publicidade, a comunicação digital, a promoção, as relações públicas e as relações com a imprensa constituem ferramentas hábeis à sua consecução. É a partir de tais premissas que o Ministério das Comunicações, por meio da Secom, desenvolve a política de de comunicação e divulgação do Governo federal.

22. Importante destacar que, mesmo diante de tais atribuições, no que se refere ao contexto das ações de enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus, o Ministério da Saúde possui competências específicas e diretamente atreladas ao combate à crise sanitária, cujas ações são, prioritariamente, direcionadas à política nacional de saúde, informações de saúde, ações preventivas em geral, etc. (Art. 47, Lei 13.844/2019). Nessa linha, destaca-se que os esforços realizados pela Secom são de caráter complementar, abarcando informações de interesse público como um todo.

23. No que tange à atuação da Secom, no atual cenário, vale colacionar parte do voto do Ministro Vital do Rêgo no bojo do Processo TC 016.708/2020-2, do Tribunal de Contas da União - TCU - que cuida do acompanhamento de natureza operacional realizado para avaliar e acompanhar a governança do Centro de Governo criado para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 - originando, dentre outros, o Acórdão 4075/2020-Plenário, de 08.12.2020, veja:

27. Com relação ao plano de comunicação, foram verificadas a execução, pela Secretaria de Comunicação - Secom, das

medidas previstas para orientação da população em relação à pandemia de Covid-19, como informações acerca da prevenção, principais sintomas e medidas a serem adotadas em caso de suspeita de contágio, bem como das ações adotadas pelo Governo Federal para o enfrentamento da pandemia.

28. (...).

29. Relativamente às demais campanhas, com vistas a divulgar as ações adotadas pelo Governo para enfrentamento da pandemia, uma campanha, e para atenuar os efeitos da crise por ela provocada, informando sobre as realizações governamentais para amenizar os impactos sociais e econômicos causado pelo isolamento social, quatro campanhas, foram disponibilizados recursos orçamentários, respectivamente, da ordem de R\$ 5.300.000,00 e R\$ 77.500.000,00, este último, relativos às quatro campanhas.

30. **De se registrar que para todas as demais campanhas publicitárias realizadas pela Secom não relacionadas à pandemia de Covid-19, foram executados R\$ 40.984.003,03, menos da metade dos valores alocados às campanhas atinentes ao enfrentamento da pandemia, fato que denota a importância dada pelo Governo Federal à divulgação de informações que permitam o seu enfrentamento.**

24. Resta claro que a Corte de Contas ao realizar o acompanhamento das ações realizadas por esta Secretaria Especial de Comunicação Social-Secom, reconheceu que o órgão, no cumprimento de sua missão institucional - dentre outros, tem como um dos objetivos principais dar amplo conhecimento à sociedade das políticas e programas do Poder Executivo federal - tem adotado medidas hábeis à informar a população brasileira sobre as questões ligadas à pandemia do novo coronavírus.

1. <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil-tarde/2021/04/brasil-alcanca-marca-de-1-milhao-de-vacinados-em-24-horas>

CONCLUSÃO

25. Isto posto, balizados pelas informações fornecidas pelas áreas técnicas da Secom, entende-se que a presente Nota Informativa contém os elementos hábeis ao atendimento do **Requerimento de Informação nº 384/2021** - 7277689.

26. Assim, se de acordo com os termos do presente expediente, sugere-se o envio à Secretaria de Comunicação Institucional com vistas à aprovação, bem como encaminhamento ao Gabinete da Secretaria Especial de Comunicação Social, para providências subsequentes.

À consideração superior.

ÁDILA QUÉSIA GONÇALVES DA ROCHA
Assessora Técnica

De acordo. Encaminhe-se o presente expediente, bem como os anexos abaixo referenciados, em atendimento **Requerimento de Informação nº 384/2021 - 7277689**, nos termos acima propostos.

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA GOUVÊIA
Coordenador-Geral de Orientações Normativas para Comunicação

PETER ERIK KUMMER
Diretor do Departamento de Gestão e Normas

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete da Secretaria Especial de Comunicação Social, com vistas ao encaminhamento à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares - ASPAR/MCOM, para providências quanto ao envio ao Senado Federal.

FELIPE CRUZ PEDRI
Secretário de Comunicação Institucional

Brasília, 17 de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ádila Quésia Gonçalves da Rocha, Assessora Técnica**, em 20/05/2021, às 16:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Ferreira Gouvêia, Coordenador-Geral de Orientações Normativas para Comunicação**, em 20/05/2021, às 16:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Peter Erik Kummer, Diretor do Departamento de Gestão e Normas**, em 20/05/2021, às 16:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional**, em 20/05/2021, às 17:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7413291** e o código CRC **9D75D358**.

Minutas e Anexos

Relatório de Redes Sociais - 7288538;
Plano de Comunicação 04/02/2020 - 7313916;
Plano de Comunicação 18/04/2020 - 7313921;
Plano de Comunicação 01/04/2021 - 7313927;
Anexo Campanhas Vacinação COVID-19 - 7312277.

Referência: Processo nº 53115.012298/2021-11

SEI-MCOM nº 7413291

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria Especial de Comunicação Social

Secretaria de Comunicação Institucional

Departamento de Gestão e Normas

Coordenação-Geral de Orientações Normativas para Comunicação

NOTA INFORMATIVA Nº 912/2021/MCOM

Nº do Processo: **53115.012298/2021-11**
Documento de Referência: **Ofício 625/2021 - CPIPANDEMIA**
Interessado: **Senador Omar Aziz - Presidente da CPI Pandemia**
Nº de Referência: **Requerimento de Informações nº 404/2021 - Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho**
Assunto: **Informações. Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pandemia.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do Ofício nº 625/2021 - CPIPANDEMIA, de 07 de maio de 2021 - 7277680, por do qual o Presidente da CPI Pandemia, o Senador Omar Aziz, encaminha o **Requerimento de Informação nº 404/2021** - 7277696, de autoria dos Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, que requer ao Ministério das Comunicações o envio de cópias integrais de Planos de Comunicação que *“tenha como tema a pandemia de covid-19”*.
2. Nos termos do art. 14, do Anexo X, da [Portaria nº 697, de 10 de setembro de 2020](#), compete à Coordenação-Geral de Orientações Normativas para Comunicação, o Departamento de Gestão e Normas da Secretaria de Comunicação Institucional - CGNC/DEGEN/SECOI, elaborar notas informativas ou técnicas de modo a responder os requerimentos de informação formulados pelos órgãos de controle interno e externo, pelo Poder Legislativo Federal, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
3. Cumpre informar que, à vista do teor das informações solicitadas no requerimento em questão, os esclarecimentos constantes deste expediente foram fornecidos pelo Departamento de Articulação e Estratégia de Comunicação, da Secretaria de Comunicação Institucional - DEAEC/SECOI, ao qual compete, planejar e coordenar estratégias e ações prioritárias de comunicação do Governo federal, de maneira a identificar oportunidades de promoção e eventuais riscos de imagem, articular estratégias e ações de comunicação com o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, de modo a promover o alinhamento do discurso e das mensagens de Governo, com otimização de recursos e resultados e articular a comunicação interministerial e com instituições do Poder Executivo federal quando da divulgação de informações, políticas, programas e ações prioritárias governamentais (Anexo X, da Portaria-MCOM 697/2020 - art. 6º).

INFORMAÇÕES

I - Informações solicitadas:

4. No Requerimento de Informação em apreço, o Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, solicitam:

1. Planos de Comunicação anteriores e atuais elaborados pela Secretaria Especial de Comunicação Social que tenha como tema a pandemia de covid-19, com respectivas indicações orçamentárias e de execução e avaliação de seus resultados e impactos;

2. Plano de Comunicação elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social e assinado pelo então Secretário Flávio Rocha, referido na reportagem da Folha de São Paulo, de 04/05/2021, intitulada "Sem tomar vacina, Bolsonaro boicota plano do governo de combate à Covid: Saúde e Comunicação elaboraram estratégia para vacinar presidente em evento público, mas Bolsonaro se recusa a tomar imunizante"

II - Informações prestadas:

5. Cumpre informar que o Departamento de Articulação e Estratégia de Comunicação juntou aos autos Planos de Comunicação do ano de 2021, bem como do corrente ano, que vão anexo a esta Nota Informativa.

6. O primeiro Plano, datado de 04.02.2020 - 7313916, aborda o "Plano de Ação", cujo objetivo de comunicação foi definido tendo como premissa inicial o acionamento das Assessorias de Comunicação dos Ministérios e órgãos-chave, de modo a alinhar as informações de governo e melhorar a visibilidade das ações relacionadas ao tema da pandemia do coronavírus, por meio do compartilhamento de informações e documento, senão veja:

Por meio da SECOM, unificar o discurso com as Assessorias de Comunicação dos Ministérios envolvidos e promover uma imagem mais acurada da atuação do governo.

Divulgar, de forma integrada, todas as ações realizadas pelo governo federal.

7. No tocante ao plano de comunicação datado de 18.04.2020 - 7313921, tem como título "Plano de Ação de Comunicação - Entrega de EPIs para agentes de segurança", cujo contexto, justificativa e objetivos foram apresentados da seguinte forma:

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e Secretaria de Operações Integradas (Seopi), começou a entregar Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) para mais de 3 mil agentes de segurança pública que atuam nas fronteiras brasileiras, dentro do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Dívidas (VIGIA), e para a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).

São ao todo mais de 530 mil máscaras, 3 mil óculos de proteção ou protetores faciais, cerca de 20 mil luvas plásticas, além de 20 mil frascos de álcool em gel 70%. Desde o dia 10 de abril, os kits estão sendo distribuídos em todos os estados onde ocorrem operações da Força Nacional e a Operação Hórus do Programa VIGIA. A entrega do material, em Brasília, está sendo planejada para ocorrer na próxima semana. A expectativa é que um carregamento de máscaras chegue ao depósito da Força Nacional no dia 20 de abril (segunda-feira), para completar os kits. A previsão é que a entrega dos EPIs aos agentes ocorra nos dias 22 ou 23 de abril (quarta ou quinta-feira).

Captar imagens da entrega dos Equipamentos de Proteção Individual

(EPIs) aos agentes da Força Nacional que atuam em Brasília, para ampliar a divulgação e o conhecimento acerca das medidas de proteção às equipes que estão na linha de frente no combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

8. Já, o plano de comunicação datado de 01.04.2021 - 7313927, demonstra o contexto e histórico de cada fase das ações de comunicação promovidas pela Secom, muitas delas, em conjunto com o Ministério da Saúde, seu modo, seu mote, bem como o período de execução de cada ação futura e o órgão/área responsável. Também consta as ações e medidas adotadas até o presente momento pelo Governo Federal. Frisa-se que o referido plano tem abrangência aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM.

9. Importante destacar que, mesmo a Secom sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento da política de comunicação e divulgação do Governo federal, no que se refere ao contexto das ações de enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus, o Ministério da Saúde possui competências específicas e diretamente atreladas ao combate à crise sanitária, cujas ações são, prioritariamente, direcionadas à política nacional de saúde, informações de saúde, ações preventivas em geral, etc. (Art. 47, Lei 13.844/2019). Nessa linha, destaca-se que os esforços realizados pela Secom são de caráter complementar, abarcando informações de interesse público como um todo.

10. Nessa linha, cumpre esclarecer que a atuação da Secom é caráter complementar aos esforços do Ministério da Saúde e destina-se à comunicação pública e, de forma ampla, em qualquer tema de interesse público, relacionados à política de comunicação social. As ações executadas pela Secom abordam aspectos transversais que contemplam outras áreas impactadas pela pandemia, a exemplo da econômica, sem prejuízo das ações publicitárias específicas essencialmente de utilidade pública desenvolvidas por aquele órgão ao qual compete a gestão do assunto.

11. Assim, no que tange à atuação da Secom, no atual cenário, vale colacionar parte do voto do Ministro Vital do Rêgo no bojo do Processo TC 016.708/2020-2, do Tribunal de Contas da União - TCU - que cuida do acompanhamento de natureza operacional realizado para avaliar e acompanhar a governança do Centro de Governo criado para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 - originando, dentre outros, o Acórdão 4075/2020-Plenário, de 08.12.2020, veja:

27. Com relação ao plano de comunicação, **foram verificadas a execução, pela Secretaria de Comunicação - Secom, das medidas previstas para orientação da população em relação à pandemia de Covid-19**, como informações acerca da prevenção, principais sintomas e medidas a serem adotadas em caso de suspeita de contágio, bem como das ações adotadas pelo Governo Federal para o enfrentamento da pandemia.

28. (...).

29. Relativamente às demais campanhas, com vistas a divulgar as ações adotadas pelo Governo para enfrentamento da pandemia, uma campanha, e para atenuar os efeitos da crise por ela provocada, informando sobre as realizações governamentais para amenizar os impactos sociais e econômicos causado pelo isolamento social, quatro campanhas, foram disponibilizados recursos orçamentários, respectivamente, da ordem de R\$ 5.300.000,00 e R\$ 77.500.000,00, este último, relativos às quatro campanhas.

30. De se registrar que para todas as demais campanhas publicitárias realizadas pela Secom não relacionadas à pandemia de Covid-19, foram executados R\$ 40.984.003,03, menos da metade dos valores alocados às campanhas atinentes ao enfrentamento da pandemia, fato que denota a importância dada pelo Governo Federal à divulgação de informações que permitam o seu enfrentamento.

12. Resta claro que a Corte de Contas ao realizar o acompanhamento das ações realizadas por esta Secretaria Especial de Comunicação Social-Secom, reconheceu que o órgão, no cumprimento de sua missão institucional - dentre outros, tem como um dos objetivos principais dar amplo conhecimento à sociedade das políticas e programas do Poder Executivo federal - tem adotado medidas hábeis à informar a população brasileira sobre as questões ligadas à pandemia do novo coronavírus.

CONCLUSÃO

13. Isto posto, balizados pelas informações fornecidas pelas áreas técnicas da Secom, entende-se que a presente Nota Informativa contém os elementos hábeis ao atendimento do **Requerimento de Informação nº 404/2021 - 7277696**.

14. Assim, se de acordo com os termos do presente expediente, sugere-se o envio à Secretaria de Comunicação Institucional com vistas à aprovação, bem como encaminhamento ao Gabinete da Secretaria Especial de Comunicação Social, para providências subsequentes.

À consideração superior.

ÁDILA QUÉSIA GONÇALVES DA ROCHA
Assessora Técnica

De acordo. Encaminhe-se o presente expediente, bem como os anexos abaixo referenciados, em atendimento **Requerimento de Informação nº 384/2021 - 7277689**, nos termos acima propostos.

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA GOUVÊIA
Coordenador-Geral de Orientações Normativas para Comunicação

PETER ERIK KUMMER
Diretor do Departamento de Gestão e Normas

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete da Secretaria Especial de Comunicação Social, com vistas ao encaminhamento à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares - ASPAR/MCOM, para providências quanto ao envio ao Senado Federal.

FELIPE CRUZ PEDRI
Secretário de Comunicação Institucional

Brasília, 17 de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ádila Quésia Gonçalves da Rocha, Assessora Técnica**, em 20/05/2021, às 16:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Ferreira Gouvêia, Coordenador-Geral de Orientações Normativas para Comunicação**, em 20/05/2021, às 16:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Peter Erik Kummer, Diretor do Departamento de Gestão e Normas**, em 20/05/2021, às 16:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional**, em 20/05/2021, às 17:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7413635** e o código CRC **6EB2F817**.

Minutas e Anexos

Plano de Comunicação 04/02/2020 - 7313916;

Plano de Comunicação 18/04/2020 - 7313921;

Plano de Comunicação 01/04/2021 - 7313927.

Referência: Processo nº 53115.012298/2021-11

SEI-MCOM nº 7413635